



APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	743.632.071.921,18	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	769.815.131,77	0,103521%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.664.315.503,85	0,223809%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.581.099.728,65	0,212619%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.497.883.953,46	0,201428%

FONTE: Tesouro Gerencial e SIAFI Operacional, Secretaria de Orçamento e Finanças, dia 14/05/18 às 14:41h

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA (S):

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES  
Diretora-Geral

FABIANA BITTES VEYL  
Secretária de Orçamento e Finanças

GEOVANI FERREIRA DE OLIVEIRA  
Secretário de Auditoria Interna

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO  
553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018

R\$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.074.812.273,45
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	304.997.141,68
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>769.815.131,77</b>

## SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

### ATO NORMATIVO Nº 279, DE 25 DE MAIO DE 2018

Approva o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, conforme preconiza o art. 54 da Lei Complementar nº 101, 4 de maio de 2000.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo o artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União para o período de maio de 2017 a abril de 2018.

Art. 2º A publicação do Relatório de que trata o art. 1º deste Ato dar-se-á na forma art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), observadas as prescrições contidas na Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, no Ato Normativo nº 89/STM, de 28 de maio de 2014, no Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, de 12 de abril de 2017 e na Portaria nº 322/STN/MF, de 17 de maio de 2018, conforme Anexo I e Demonstrativo referente ao Acórdão TCU 553/17 - item 9.4.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ COELHO FERREIRA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2017 A ABRIL/2018

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	(Últimos 12 Meses)															
	LIQUIDADAS															
	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	29.405.695,40	40.500.126,47	29.889.618,54	29.982.488,09	29.988.958,66	29.841.384,47	47.402.142,29	36.180.186,26	28.867.141,72	29.154.423,18	35.312.008,88	30.941.943,41	397.466.117,37	23.017.351,50	420.483.468,87	
Pessoal Ativo	14.559.522,76	17.865.443,13	14.759.923,78	14.848.387,63	14.888.786,23	14.786.193,23	24.092.656,51	20.431.050,35	13.444.429,49	13.682.666,12	19.861.032,83	15.120.554,09	198.340.646,15	13.739.496,54	212.080.142,69	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	12.307.016,43	15.559.026,79	12.454.896,91	12.551.058,38	12.591.966,00	12.491.880,79	19.363.821,02	18.061.538,11	13.354.603,97	13.041.229,21	13.502.134,66	12.773.631,68	168.052.803,95	9.736.182,91	177.788.986,86	

Obrigações Patronais	2.252.506,33	2.306.416,34	2.305.026,87	2.297.329,25	2.296.820,23	2.294.312,44	4.728.835,49	2.369.512,24	89.825,52	641.436,91	6.358.898,17	2.346.922,41	30.287.842,20	4.003.313,63	34.291.155,83
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	14.846.172,64	22.634.683,34	15.129.694,76	15.134.100,46	15.100.172,43	15.055.191,24	23.309.485,78	15.749.135,91	15.422.712,23	15.471.757,06	15.450.976,05	15.821.389,32	199.125.471,22	9.277.854,96	208.403.326,18
Aposentadorias, Reserva e Reformas	8.870.792,39	13.784.055,99	9.091.415,54	9.149.095,69	9.216.183,78	9.049.653,95	14.322.764,54	9.499.053,85	9.440.211,69	9.341.853,73	9.367.733,56	9.794.380,11	120.927.194,82	5.287.845,56	126.215.040,38
Pensões	5.975.380,25	8.850.627,35	6.038.279,22	5.985.004,77	5.883.988,65	6.005.537,29	8.986.721,24	6.250.082,06	5.982.500,54	6.129.903,33	6.083.242,49	6.027.009,21	78.198.276,40	3.990.009,40	82.188.285,80
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	14.858.591,45	22.637.203,66	15.130.187,01	15.134.592,71	15.110.528,37	15.055.191,24	23.042.132,38	354.111,59	15.453.804,44	15.525.870,59	15.451.468,30	15.833.524,41	183.587.206,15	18.726.192,31	202.313.398,46
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	492,25	492,25	492,25	492,25	492,25	0,00	984,50	492,25	492,25	492,25	492,25	492,25	5.907,00	0,00	5.907,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	11.926,56	2.028,07	0,00	0,00	9.863,69	0,00	0,00	343.789,81	30.599,96	53.621,28	0,00	11.642,84	463.472,21	18.726.192,31	19.189.664,52
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	14.846.172,64	22.634.683,34	15.129.694,76	15.134.100,46	15.100.172,43	15.055.191,24	23.041.147,88	9.829,53	15.422.712,23	15.471.757,06	15.450.976,05	15.821.389,32	183.117.826,94	0,00	183.117.826,94
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	14.547.103,95	17.862.922,81	14.759.431,53	14.847.895,38	14.878.430,29	14.786.193,23	24.360.009,91	35.826.074,67	13.413.337,28	13.628.552,59	19.860.540,58	15.108.419,00	213.878.911,22	4.291.159,19	218.170.070,41

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	743.632.072.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	218.170.070,41	0,29338%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	599.188.978,33	0,080576%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	569.229.529,42	0,076547%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	539.270.080,50	0,072518%

FONTE: Tesouro Gerencial, Justiça Militar da União.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Limite Legal da JMU = 0,080576% e Limite Prudencial da JMU = 0,076547% conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

#### ANEXO II

#### DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO/2017 A ABRIL/2018

		R\$ 1,00	
		DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		420.483.468,87	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		202.313.398,46	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		218.170.070,41	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		743.632.072.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100		0,29338 %	
		% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,101900%	757.761.081,37
	Resol CNJ 5/2005	0,101798%	757.002.576,65
	Resol CNJ 26/2006	0,080726%	600.304.426,44
	Resol CNJ 177/2013	0,080576%	599.188.978,33
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3		

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

JOSÉ COELHO FERREIRA  
Ministro Presidente

EDER SOARES DE OLIVEIRA  
Diretor-Geral

AFONSO IVAN MACHADO  
Diretor de Orçamento e Finanças

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA  
Secretário de Controle Interno